CAU/RJ
Conselho de Arquitetura
e Urbanismo do Rio de Janeiro

Edital nº 01/2022

Processo Seletivo para Especialista Jurídico

Caderno de Provas

- **Conhecimentos Específicos**
- **Legislação do CAU**
- **Português**

ibam
instituto brasileiro de
administração municipal

http://www.ibam-concursos.org.br

Processo Seletivo – Edital nº 01/2022

Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio de Janeiro

Ensino Superior Completo
Duração: 4 horas

Você recebeu o seguinte material:

- Um **caderno de provas**, contendo 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, numeradas sequencialmente, cada uma apresentando 4 (quatro) alternativas: **A, B, C** e **D**. As questões estão assim distribuídas: **01 a 30 - Conhecimentos Específicos, 31 a 40 - Legislação do CAU e 41 a 50 - Português.**
- Um **cartão de respostas**.

Instruções

- Verifique se o seu nome e o seu número de inscrição estão corretos no cartão de respostas.
- Transcreva no espaço indicado no seu cartão-resposta a seguinte frase: **Interlocutor da sociedade no desenvolvimento urbano.**
- Verifique se o cargo que consta na capa da sua prova corresponde ao cargo para o qual sua inscrição foi efetivada.

Se houver erro, notifique o fiscal.

- Assine o cartão de respostas com caneta azul ou preta.
- Verifique se a impressão e a numeração das questões estão corretas.

Caso ocorra qualquer erro, notifique o fiscal.

- O caderno de provas pode ser utilizado para suas anotações.
- Não é permitido o uso de calculadora.
- Leia atentamente cada questão e escolha a alternativa que mais adequadamente responde a cada uma delas. Marque sua resposta no **cartão de respostas**, onde será efetuada a correção.
- O **cartão de respostas** não pode ser dobrado, amassado, rasurado ou manchado, nem conter qualquer registro além das respostas assinaladas, de sua assinatura e da frase transcrita.
- É obrigação do candidato entregar o cartão de respostas assinado. A assinatura deverá coincidir com a do documento de identidade apresentado ao fiscal, sob responsabilidade do candidato.
- O **cartão de respostas** não será substituído em hipótese alguma. **Exceto** quando for comprovado erro do fiscal na entrega do cartão.
- O **cartão de respostas** deve ser marcado com **caneta esferográfica azul ou preta** e o espaço correspondente à letra assinalada totalmente coberto, conforme o modelo abaixo:

Correto: (A) (B) ● (D)

Outras formas de marcação, diferentes da que está determinada acima, **farão com que as questões sejam anuladas**. **Não use lápis ou lapiseira** no cartão de respostas antes de utilizar a caneta esferográfica, pois isto também anulará suas respostas. A leitora de marcas não registrará as respostas em que houver falta de nitidez e/ou marcação de mais de uma letra.

Após o término da prova, entregue ao fiscal o **cartão de respostas** devidamente preenchido e assinado e com a frase transcrita.

Será de inteira responsabilidade do candidato o preenchimento correto do cartão-resposta, não cabendo aos organizadores eventuais erros ou omissões no preenchimento de todos os campos do cartão (assinatura, frase e respostas).

BOA PROVA!

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Questão 01

Uma Autarquia A pretende realizar a aquisição de produtos de papelaria específicos para seu escritório administrativo e de uso contínuo. Para tanto, com enfoque no princípio da eficiência, necessita realizar a modalidade de licitação mais adequada. Nesse caso, está correta a seguinte alternativa:

A ( ) pode ser utilizada a modalidade convite, observando os tetos orçamentários legais
B ( ) não é possível a utilização da modalidade pregão, pois se trata de uma aquisição de produtos específicos
C ( ) é possível a realização da modalidade pregão para que sejam adquiridos os produtos de menor preço
D ( ) é permitida a modalidade leilão, buscando o melhor interesse estatal

Questão 02

O exercício da Arquitetura e Urbanismo é regulado pelo Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil – CAU/BR, bem como pelos Conselhos de Arquitetura e Urbanismo dos Estados e do Distrito Federal – CAUs. Nesse sentido, é correto afirmar que:

A ( ) os CAUs são dotados de personalidade jurídica de direito público, com autonomia administrativa e financeira, cujas atividades serão custeadas exclusivamente pelas próprias rendas
B ( ) os CAUs são autarquias cujas verbas para desempenho de suas atividades são auferidas também mediante repasses financeiros de ente federativo ao qual estão vinculados
C ( ) os empregados do CAU/BR e dos demais CAUs Estaduais e do Distrito Federal serão contratados mediante aprovação em concurso público, sob o regime jurídico único de contratação
D ( ) o CAU é órgão da Administração Direta com autonomia jurídica vinculado à União

Questão 03

É de sabença geral que a empresa pública é pessoa jurídica de direito privado integrante da Administração Indireta para exploração de atividade econômica, criada por força do artigo 5º, inciso II do Decreto-Lei nº 200/1967. Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta sobre o tema é:

A ( ) o ente público pode criar uma empresa pública desde que esta venha a exercer atividade econômica que atenda os requisitos de contingência ou de conveniência
B ( ) empresa pública é integrante da Administração Pública; portanto, somente é permitida a contratação mediante concurso público e sob o regime jurídico único estipulado pela Lei nº 8.112/1990
C ( ) é permitida ao Estado a criação de empresa pública para exploração direta de atividade econômica desde que haja relevante interesse coletivo
D ( ) empresa pública é gênero do qual sociedade de economia mista e empresa estatal são espécies

Questão 04

O Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Estado A resolveu realizar uma obra de ampliação de sua sede, autorizando a construção, para tanto, de novo corredor anexo que ligaria os prédios de grande circulação de pessoas, a fim de atender a demanda crescente de serviços oferecidos em suas instalações.

Nesse sentido, o referido CAU abriu edital de licitação para contratação de empresa para realizar a mencionada construção. O CAU orçou em até R$35.000,00 o valor total disponível e elegeu a modalidade pregão para realizar essa licitação. Diante disso, contratou você para emitir parecer e verificar se está de acordo com a legislação brasileira. Sobre a referida licitação, é verdadeira a seguinte assertiva:

A ( ) está totalmente de acordo com a Lei nº 8.666/1993, uma vez que a modalidade de licitação é válida para baixos valores
B ( ) não está de acordo com a legislação vigente, já que o pregão não pode ser utilizado para obras
C ( ) não pode ser utilizada a modalidade pregão, uma vez que o valor dispensa licitação
D ( ) não será necessária a licitação, pois o valor para obras a serem licitadas é superior ao valor estipulado

Questão 05

Determinado diretor do CAU do Estado B, no intuito de fazer promoção pessoal com pretensões políticas, realiza evento para comunicar o aumento da arrecadação do CAU em virtude de melhorias feitas em sua gestão, ressaltando as próprias qualidades profissionais e que o êxito do processo decorre de mérito seu. A situação descrita revela flagrante ofensa ao princípio da:

A ( ) privacidade
B ( ) razoabilidade
C ( ) impessoalidade
D ( ) moralidade

Questão 06

No que se refere ao regime jurídico-administrativo, um dos princípios aplicáveis à Administração Pública é o princípio da legalidade administrativa. Sobre ele, cabe dizer que:

A ( ) mitiga-se quando se faz necessária a celeridade de determinada demanda administrativa, podendo ter matéria regulada por outra modalidade legal que não lei, quando necessário
B ( ) não implica observância de lei estrita, sendo o princípio compreendido também com outras espécies normativas editadas pelo próprio Poder Executivo
C ( ) pode ser resumido na observância da lei em sentido formal, não compreendendo os atos normativos de diferentes modalidades editados pelo próprio Poder Executivo
D ( ) impõe que o agente público observe, fielmente, todos os requisitos expressos na lei

Questão 07

Determinado funcionário do CAU, no exercício da sua função, precisou sair do prédio oficial a fim de ir apressadamente a uma reunião importante. Utilizando veículo oficial do CAU, ele trafegou pela calçada a fim de cortar caminho e colidiu com o veículo de Raimundo, que estava regularmente estacionado em via pública. Visando à obtenção de indenização pelos danos sofridos, Raimundo buscou assistência jurídica com seu advogado. Na oportunidade, Raimundo recebeu a seguinte informação acerca da incidência da responsabilidade civil:

A ( ) é subjetiva do estado ao qual o CAU está vinculado, visto que este responde pelos danos causados pelo agente do CAU, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa
B ( ) é subjetiva do CAU, pois terá de verificar a culpabilidade do agente e não somente a conduta, o dano e o nexo causal
C ( ) é solidária subjetiva do agente e do CAU, que respondem conjuntamente pelos danos causados, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa
D ( ) é objetiva do CAU, que responde pelos danos causados por seu agente, independentemente da comprovação de seu dolo ou culpa

Questão 08

Em relação aos princípios constitucionais tributários, sabemos que estes estruturam o sistema tributário e servem de orientação para a interpretação e a aplicação das regras específicas do direito tributário. Sobre o tema, é correta a seguinte afirmativa:

A ( ) a relação tributária configura-se como relação de império do Estado para com o contribuinte, o qual, por seu lado, está sujeito ao poder estatal pela via da compulsoriedade
B ( ) em virtude da natureza da relação entre o Estado e o contribuinte, o poder de tributar é absoluto, desde que os impostos sejam estipulados na Constituição
C ( ) o poder de instituir tributos é ato unilateral e discricionário do Estado e impõe ao destinatário do tributo que aceite a invasão patrimonial
D ( ) os princípios constitucionais tributários são expressão da soberania estatal e traduzem-se em limitações ao poder de tributar, o que não impede que o Estado exija dos indivíduos, por atividade vinculada, parcela do seu patrimônio

Questão 09

Um Município A institui uma taxa para prestação de coleta de lixo, deixando claro em sua ementa a observância ao Código Tributário Nacional (CTN) e determinando que poderia ser paga por serviços voluntários prestados à Prefeitura. Nesse sentido, sobre a cobrança da referida taxa, vale afirmar que:

A ( ) é correta, pois o CTN não veda a prestação de serviço como pagamento de tributo, mas sim a não opção de pagamento em moeda

B ( ) é vedada, pois não cabe ao Município a instituição de taxa, mas tão somente a cobrança, conforme disposição do CTN

C ( ) é vedada, pois o CTN veda a cobrança de tributo que não se trate de prestação pecuniária, e o caso se trata de prestação *in labore*

D ( ) é vedada, pois não se trata de serviço divisível e específico

Questão 10

O Município Rio da Pedra Azul promulga um decreto em 30 de maio visando baixar a alíquota do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza de 4% para 2% para os serviços de engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres, observando a Lei Complementar nº 116/2003. Ato contínuo, em 1º de junho do mesmo ano, o prefeito do referido município promulga novo decreto a fim de aditar a lei dando vigência a esta no primeiro dia útil seguinte à publicação. Desta forma, é verdadeira a seguinte afirmativa:

A ( ) a redução da alíquota está de acordo com o ordenamento jurídico vigente, pois não se exige lei para redução de tributos, bem como não se aplica o princípio da anterioridade para a redução de alíquotas

B ( ) o referido decreto afronta o princípio da legalidade, que é expresso no artigo 150, inciso I da Constituição, ao vedar a instituição, majoração ou redução sem que lei estabeleça

C ( ) a redução da alíquota não afronta o princípio da anterioridade, pois o ISS está no rol dos tributos que não estão sujeitos ao princípio da anterioridade disposto no artigo 150, § 1º da Constituição

D ( ) a redução não é permitida por afrontar os princípios da legalidade e da anterioridade

Questão 11

No direito tributário encontramos as funções do tributo de acordo com sua finalidade e natureza, podendo ser de natureza fiscal, extrafiscal e parafiscal. No que concerne à anuidade de conselhos profissionais, é correta a seguinte assertiva:

A ( ) tem função parafiscal e de natureza de contribuição especial

B ( ) tem função extrafiscal, uma vez que os conselhos se manterão exclusivamente desta verba e servirão para melhoria da profissão

C ( ) tem natureza de taxa de fiscalização, com função fiscal em decorrência dos serviços prestados

D ( ) não cabe falar em parafiscalidade das anuidades de conselhos profissionais, uma vez que são entidades autárquicas e suas taxas são meramente funcionais

Questão 12

Um Conselho de Arquitetura e Urbanismo de um determinado estado possui um imóvel para funcionamento de sua sede local para exercício de suas funções de fiscalização profissional. Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta sobre o tema é:

A ( ) não poderá ser cobrado Imposto Predial e Territorial Urbano, uma vez que o CAU integraria o estado em que está situado o imóvel, o que afronta a limitação de imunidade recíproca

B ( ) é vedada a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano, uma vez que o CAU gozaria de isenção tributária em virtude de sua atividade de interesse público

C ( ) não é vedada a cobrança de Imposto Predial e Territorial Urbano por imunidade; porém, é concedida isenção por se tratar de entidade autárquica

D ( ) a imunidade tributária recíproca é extensível às entidades autárquicas

Questão 13

Um filiado do CAU do Estado brasileiro de Rio Verde deixou de pagar as parcelas de outubro e novembro referentes à anuidade de 2017. O referido CAU pediu seu auxílio para efetivar a cobrança, tendo em vista que já havia passado muito tempo do seu vencimento. Considerando que é prerrogativa do CAU ingressar em juízo para cobrar seu crédito, podemos dizer que:

A ( ) o CAU pode ingressar em juízo até o mês de dezembro de 2022, tendo em vista que as anuidades têm natureza de contribuição especial e até essa data não estarão prescritas por força do artigo 174 do CTN

B ( ) o CAU pode ingressar em juízo até o mês de dezembro de 2022, tendo em vista que há relação de crédito devido ao CAU, não podendo se falar em exigência de tributo, e até essa data as anuidades não estarão prescritas por força do artigo 174 do CTN

C ( ) o CAU poderá ingressar em juízo até o mês de fevereiro de 2023, tendo em vista que as anuidades têm natureza de contribuição especial e até essa data não estarão prescritas por força do artigo 150, §4º do CTN

D ( ) o CAU não poderá ingressar em juízo caso não o faça até outubro de 2022, visto que a contagem do prazo prescricional se dá a partir de sua constituição definitiva, que ocorre quando o crédito é devido e não da data do vencimento

Questão 14

O Estado brasileiro de Rio Prata, ao verificar que determinado contribuinte deixou de cumprir com a obrigação principal referente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação, notificou o referido contribuinte para pagamento. O contribuinte desconsiderou a notificação e não efetuou o pagamento do imposto. Ato contínuo, o estado inscreveu o referido contribuinte em Dívida Ativa e ajuizou execução fiscal. O contribuinte, com receio de constrições patrimoniais, dá entrada em parcelamento disponível. Nesse sentido, vale dizer que:

A ( ) o crédito tributário está extinto pelo parcelamento, conforme artigo 156 do CTN, e, portanto, a execução fiscal deverá ser suspensa *ex officio*

B ( ) o crédito tributário é exigível sobre o montante que ainda não foi pago, devendo o contribuinte requerer medida de urgência junto ao juízo da execução para sua suspensão

C ( ) o crédito tributário está suspenso, pois o parcelamento possui o condão de suspender a exigibilidade do crédito tributário, conforme artigo 151 do CTN, junto com a moratória, o depósito em juízo e a concessão de medida liminar

D ( ) a suspensão do crédito tributário é impedimento temporário e circunstancial, não podendo ser aplicado quando o crédito já está constituído

Questão 15

Sabe-se que a Constituição possui limitações materiais, procedimentais, circunstanciais e formais para alteração e interpretação. Nesse sentido, verifica-se que as chamadas “cláusulas pétreas” são limitações materiais da Constituição, sendo o agrupamento de normas constitucionais que tratam de determinados assuntos específicos que são balizadores da democracia. Desse modo, pode-se dizer que:

A ( ) há um rol taxativo de cláusulas pétreas disposto na Constituição Federal, o qual não é passível de modificação constitucional

B ( ) é possível a modificação pelo Poder Constituinte derivado, por meio de emenda constitucional, das cláusulas pétreas da Constituição, desde que a emenda venha a acrescentar novos direitos fundamentais e não atinja o núcleo essencial da norma modificada

C ( ) as cláusulas pétreas não são passíveis de modificação em hipótese alguma pelo Poder Constituinte derivado, bem como por mutação constitucional, por força do artigo 60, §4º da Constituição Federal

D ( ) o voto obrigatório para pessoas alfabetizadas maiores de 16 anos e menores de 65 anos é exemplo de cláusula pétrea, e, portanto, impassível de revogação

Questão 16

O Estado brasileiro do Rio Pardo, em observância do princípio da livre iniciativa e do disposto em sua Constituição estadual, visando atender áreas mais carentes e facilitar o acesso da população aos serviços de arquitetura, decide promulgar uma lei específica em que se dispensa, para determinados municípios, a atuação de arquiteto para consultorias e planejamento. O CAU estadual veio a notificar o referido estado alegando a desconformidade desta lei com a lei federal. O estado, por sua vez, veio a alegar a competência específica para legislar.
Diante disso, você foi chamado a se manifestar sobre essa lei específica. Nesse sentido, a referida lei é:

A ( ) inconstitucional, pois é medida atentatória ao princípio da igualdade profissional
B ( ) plenamente constitucional e legal, visto que não são serviços exclusivamente para arquitetos ou urbanistas e a competência para legislar é estadual
C ( ) inconstitucional, pois a competência legislativa para regulação de exercício de atividade profissional é exclusivamente da União
D ( ) constitucional, pois se trata de competência subsidiária; porém, é ilegal, pois afronta a lei federal que é expressa ao exigir registro profissional de arquitetos e urbanistas

Questão 17

O Poder Legislativo está disposto no Capítulo I do Título IV da Constituição como um dos três Poderes da União, independentes e harmônicos entre si. No tocante a este poder, podemos dizer que:

A ( ) é de competência exclusiva do Congresso Nacional autorizar, por dois terços de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado
B ( ) a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa
C ( ) a Constituição jamais poderá ser emendada mediante proposta do Presidente da República
D ( ) a Constituição poderá ser emendada mediante proposta de um terço, no mínimo, dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal

Questão 18

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta sobre os princípios constitucionais é:

A ( ) o princípio da isonomia decorre do fundamento, constitucionalmente expresso, da dignidade da pessoa humana
B ( ) o direito à busca da felicidade, verdadeiro postulado constitucional implícito e expressão de uma ideia-força, consoante decisão do Supremo Tribunal Federal, deriva do princípio da cidadania
C ( ) o princípio da alteridade é violado em caso de violação de correspondência alheia
D ( ) somente após o advento da República, a Constituição brasileira passou a prever um sistema de garantia de direitos individuais e coletivos

Questão 19

A República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados, Distrito Federal e municípios, e constitui-se em Estado Democrático de Direito. A Constituição, por sua vez, traz alguns preceitos que o legislador constituinte de 1988 determinou como fundamentos expressos. Dentre esses fundamentos, encontra-se o princípio do pluralismo político, sobre o qual podemos dizer que:

A ( ) a multiplicidade de opiniões políticas deve ser sempre considerada, e em nome do pluralismo político não poderá sofrer limitações formais
B ( ) a Constituição acolhe uma sociedade conflitiva, de interesses contraditórios e antagônicos, na qual as opiniões não ortodoxas podem ser publicamente sustentadas, o que conduz à poliarquia, um regime onde a dispersão do Poder numa multiplicidade de grupos é tal que o sistema político não pode funcionar senão por uma negociação constante entre os líderes desses grupos
C ( ) o pluralismo político deverá ser mitigado sempre que se ofendam cláusulas pétreas por força da soberania nacional
D ( ) são características do pluralismo político: eleições periódicas para Chefe de Estado e Chefe de Governo, diversas esferas de distribuição de poder, observância dos direitos fundamentais implícitos e explícitos, e a tríplice capacidade de autogoverno e autoadministração

Questão 20

O artigo 5°, Capítulo 1 do Título II da Constituição da República Federativa do Brasil, estabelece os "Direitos e Deveres Individuais e Coletivos". Quanto aos direitos fundamentais, é verdadeira a seguinte alternativa:

A ( ) segundo expressa dicção da Constituição brasileira, posta no Título dos Direitos e Garantias Fundamentais, são destinatários dos direitos individuais quaisquer pessoas, sem qualquer distinção ou discriminação

B ( ) o direito à vida e à liberdade só pode ser condicionado e limitado por interesse da coletividade, jamais por outros interesses individuais, ainda que dignos de tutela jurídica

C ( ) podem ser titulares de direitos fundamentais a pessoa jurídica naquilo que for compatível com a sua natureza, os estrangeiros residentes, os em trânsito no território nacional e os brasileiros sem restrição, incluindo o menor de idade e o portador de deficiência mental

D ( ) os direitos e garantias fundamentais encontram-se destacados exclusivamente no artigo 5° do texto constitucional

Questão 21

Sobre o princípio da reserva legal na Constituição, é correta a seguinte assertiva:

A ( ) segundo o princípio da reserva legal, todas as pessoas, órgãos e entidades sujeitam-se às diversas espécies legislativas descritas na Constituição da República

B ( ) o princípio da legalidade, mais restrito, está contido no princípio da reserva legal, mais amplo

C ( ) a ampliação de direitos fundamentais é inerente ao princípio da reserva legal e não pode ser violada em nenhuma hipótese

D ( ) a Constituição Federal, em várias normas, estabelece, como garantia, que o direito fundamental, para ter plena realização no mundo jurídico, deve sofrer definição legal em virtude da obediência ao princípio constitucional da reserva legal

Questão 22

José, arquiteto, Thomas, administrador, e Vitor, engenheiro, decidiriam constituir a "JTV engenharia e arquitetura", cada um detendo 1/3 de participação, sendo a direção do negócio confiada a Thomas. Esta razão social:

A ( ) está em conformidade com todas as exigências das Resoluções CAU/BR 28/2012; CAU/BR 49/2013; CAU/BR 193/2020

B ( ) não é possível adotar "arquitetura" no nome fantasia, mas é possível adotá-la na razão social

C ( ) não é possível adotar "arquitetura" no nome fantasia ou na razão social

D ( ) não é possível adotar "arquitetura" na razão social, mas é possível adotá-la no nome fantasia

Questão 23

Nelson celebrou a promessa de compra e venda de um imóvel ainda na planta com uma grande imobiliária. Ocorre que, durante o período de construção, o poder público decretou a mudança do nome do logradouro onde o imóvel estava sendo construído. Neste caso, a responsabilidade de proceder à averbação da mudança de nome do logradouro no Registro Geral de Imóveis (RGI) será:

A ( ) de Nelson

B ( ) da imobiliária

C ( ) do poder público

D ( ) do RGI

Questão 24

Para chegar em sua casa, Joel precisa passar pelo terreno de Caio. Assim procedeu ao longo de 11 anos, sem qualquer objeção. Ocorre que, após uma tempestade, o caminho que Joel utilizava foi danificado. Joel exigiu, então, que Caio dispendesse os recursos necessários para a conservação do trajeto, uma vez que era o dono do terreno. Caio retrucou que Joel era quem deveria arcar com o ônus, pois era quem se beneficiava da passagem.

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa verdadeira sobre o caso citado é:

A ( ) Caio, na qualidade de proprietário do imóvel serviente, tem obrigação de conservar com recursos próprios o trajeto de Joel

B ( ) a responsabilidade por realizar todas as obras necessárias à conservação e uso do trajeto é de Joel

C ( ) a danificação do trajeto extingue o direito de Joel utilizá-lo, devendo este buscar outro caminho para chegar à sua casa

D ( ) Caio e Joel devem dividir entre si os custos da restauração do trajeto

Questão 25

Isaura é mãe de Pedro, que é casado com Andrea. Isaura aceitou o convite para ser fiadora do contrato em que Pedro e Andrea alugaram o imóvel de Gustavo para fins residenciais. Após dois anos de união, Pedro e Andrea se divorciaram, tendo apenas Andrea permanecido no imóvel. Após 20 dias de ter sido notificada do fato, Isaura requereu a retirada de sua condição de fiadora da locação. Neste caso, é correta a seguinte assertiva:

A ( ) Isaura continuará responsável pelos efeitos da fiança perante Gustavo durante 120 dias após notificá-lo
B ( ) Isaura não pode renunciar a fiança sem indicar um substituto
C ( ) o pleito é inválido, uma vez que Isaura deveria ter se manifestado em até 15 dias após a notificação
D ( ) a fiança extingue-se imediatamente após o divórcio, uma vez que Isaura é mãe de Pedro, que deixou o imóvel

Questão 26

O Programa Nacional de Habitação Urbana tem por objetivo:

A ( ) promover a coletivização da propriedade particular para fins de reforma agrária
B ( ) converter espaços residenciais em comerciais
C ( ) aprimorar o plano diretor dos municípios com até 500 mil habitantes
D ( ) promover a produção ou aquisição de novas unidades habitacionais ou a requalificação de imóveis urbanos

Questão 27

Mayara, arquiteta, sofreu execução fiscal por parte do CAU/RJ em virtude do não pagamento de sua anuidade. Sendo assim, Mayara buscou a sede administrativa do CAU/RJ para parcelar seu débito. Contudo, após o parcelamento ter sido aceito pelo CAU/RJ, Mayara descobriu que:

A ( ) os valores das custas judiciais e honorários advocatícios foram parcelados junto com os valores devidos ao CAU/RJ
B ( ) os honorários advocatícios foram parcelados junto com os valores devidos ao CAU/RJ, mas as custas judiciais não
C ( ) as custas judiciais foram parceladas junto com os valores devidos ao CAU/RJ, mas os honorários advocatícios não
D ( ) os valores das custas judiciais e dos honorários advocatícios não foram parcelados junto com os valores devidos ao CAU/RJ

Questão 28

Luiza opôs embargos à execução, independente de penhora, nos mesmos autos da execução sem oferecer depósito ou caução. Ela está equivocada, por:

A ( ) não ter oferecido caução
B ( ) não ter oferecido depósito
C ( ) não ter feito distribuição dos embargos por autos apartados
D ( ) não ter aguardado a realização da penhora

Questão 29

Edmilson é síndico de um condomínio edilício e está com inquilinos inadimplentes. Neste caso, ele precisará propor processo do seguinte tipo:

A ( ) de execução com fundamento em título extrajudicial
B ( ) de execução com fundamento em título judicial
C ( ) de conhecimento com pedido de tutela antecipada
D ( ) possessório cumulado com perdas e danos

Questão 30

João e Frederico constituíram sociedade e inseriram em seu contrato social uma cláusula compromissória arbitral prevendo que qualquer disputa entre ambos seria necessariamente resolvida por arbitragem, mas nada dispuseram sobre a nomeação dos árbitros. Ao surgir uma disputa, Frederico resistiu à instituição da arbitragem. Nesta hipótese, é correta a seguinte afirmativa:

A ( ) a cláusula compromissória arbitral é nula, pois incompleta
B ( ) cabe ao juiz, após ouvir as partes, estatuir a respeito, podendo nomear árbitro único para a solução do litígio
C ( ) cabe ao tribunal colegiado de segunda instância nomear o árbitro, após ouvidas as partes
D ( ) a OAB será responsável por indicar o árbitro, que será investido dos poderes para coagir a parte a comparecer à arbitragem

LEGISLAÇÃO DO CAU

Questão 31

De acordo com a Lei Federal nº 12.378/2010 que criou o CAU, é verdadeira a seguinte afirmativa:

A ( ) os campos de atuação profissional para o exercício da arquitetura e urbanismo são definidos a partir de reuniões entre os CAUs/UF
B ( ) na hipótese de controvérsia entre os campos de atuação de diferentes conselhos profissionais, a controvérsia será resolvida por ambos os conselhos
C ( ) o arquiteto e urbanista não pode estar inscrito em outro conselho profissional que não seja o CAU
D ( ) em caso de impasse na controvérsia entre conselhos sobre os campos de atuação, será aplicada a norma do CAU/BR

Questão 32

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta corretamente um dos requisitos para o registro profissional no CAU é:

A ( ) portador de diploma de graduação em engenharia civil, obtido em instituição de ensino superior brasileira, que atue na área da arquitetura e urbanismo
B ( ) portador de diploma de graduação em arquitetura e urbanismo, obtido em instituição de ensino superior obrigatoriamente brasileira
C ( ) portador de diploma de graduação em arquitetura e urbanismo, obtido em instituição de ensino superior estrangeira, reconhecido e revalidado por instituição brasileira
D ( ) portador de diploma de graduação em designer de interiores, obtido em instituição de ensino superior brasileira

Questão 33

Sobre o Acervo Técnico, é correto afirmar que:

A ( ) constitui propriedade do contratante do projeto arquitetônico
B ( ) é composto por todas as atividades desenvolvidas pelo arquiteto e urbanista submetidas ao registro e regulamentadas pelo CAU
C ( ) serve de orientação e fiscalização do exercício da profissão
D ( ) orienta o valor dos honorários do arquiteto e urbanista

Questão 34

A falta de Registro de Responsabilidade Técnica – RRT sujeitará o profissional ou a empresa responsável a:

A ( ) multa de 200% do valor da taxa de RRT não paga e corrigida
B ( ) cassação do registro profissional
C ( ) advertência por carta registrada
D ( ) paralisação do trabalho até a regularização da situação

Questão 35

Constitui infração disciplinar junto ao CAU:

A ( ) reproduzir trabalho técnico sem a autorização do autor
B ( ) divulgar documentos sigilosos do contratante
C ( ) delegar a outro arquiteto tarefa para a qual foi contratado
D ( ) recusar atendimento ao contratante

Questão 36

É considerada sanção disciplinar:

A ( ) multa no valor 50 anuidades do CAU
B ( ) suspensão do exercício da atividade entre 30 dias e 1 ano
C ( ) censura pública
D ( ) procedimento disciplinar

Questão 37

Compete ao CAU/BR:

A ( ) zelar pela dignidade de seus membros
B ( ) criar institutos com finalidade distintas
C ( ) verificar se as guias de recolhimento contêm todos os requisitos estabelecidos
D ( ) fiscalizar o exercício das atividades profissionais de arquitetura e urbanismo

Questão 38

O plenário do CAU de cada Estado da Federação e do Distrito Federal será eleito na seguinte proporção:

A ( ) até 499 profissionais inscritos: 5 conselheiros
B ( ) de 500 a 1.000 profissionais inscritos: 8 conselheiros
C ( ) de 1.001 a 3.000 profissionais inscritos: 10 conselheiros
D ( ) de 3.001 a 5.000 profissionais inscritos: 12 conselheiros

Questão 39

Sobre a anuidade devida para os CAUs, é correto afirmar que:

A ( ) deixa de ser devida após 40 anos de contribuição da pessoa física
B ( ) a data de vencimento será estabelecida pelo Ministério da Fazenda
C ( ) os profissionais formados há menos de 3 anos pagarão metade do valor da anuidade
D ( ) os profissionais formados há mais de 25 anos pagarão metade do valor da anuidade

Questão 40

Das alternativas abaixo, aquela que apresenta uma afirmativa correta sobre o Registro de Responsabilidade Técnica – RRT é:

A ( ) o arquiteto e urbanista não deve realizar RRT, se este não for obrigatório
B ( ) o valor da taxa do RRT será reajustado anualmente pelo IGPM
C ( ) não será registrado RRT sem o prévio recolhimento da taxa
D ( ) o RRT pode ser registrado pelo cliente, desde que recolha a taxa pertinente

PORTUGUÊS

Texto: O OLHAR

O olho tem um papel determinante para a espécie humana. Há um grande consenso sobre a importância da visão para a conformação do nosso cérebro. O uso de patas dianteiras como mãos teria levado ao desenvolvimento da visão que, por sua vez, teria propiciado o desenvolvimento do maior e mais complexo cérebro encontrado em todas as espécies animais. Mas essa importância efetiva não nos faz outorgar à visão uma reflexão proporcional. A nossa sociedade não nos ensina a olhar, pelo menos não formalmente, e isso repercute na nossa absoluta inconsciência sobre a forma como vemos.

Para interpretar, usamos modelos, categorias e processos cognitivos aprendidos no meio no qual fomos socializados. É isso que, no século XVII, o padre Antônio Vieira afirmara num sermão ao dizer “o olho não vê coisas, mas imagens de coisas que significam outras coisas”. Entre o olho e as coisas estão as imagens, que são o resultado da forma como fomos ensinados a olhar, pois um fato é o olho como órgão receptor e, outro, o olhar. Simplificando, podemos dizer que o olho apenas é, e o olhar é fabricado para ver certas coisas, mas igualmente para não ver outras. Não basta termos olhos, termos luz, termos objetos; para se ver, é preciso querer ver. A evolução da visão humana obedeceu a fins práticos, vendo-se aquilo que era útil ver.

As formas de ver foram se modificando e adquirindo particularidades. Os diários e crônicas dos padres e conquistadores da América dos séculos XVI e XVII são um excelente material para entender a forma específica de ver desse período. Referindo-se especificamente a Colombo, a pesquisadora Janice Theodoro afirma que ele via “mais com a imaginação do que com a vista”. Em primeiro lugar, era um olhar apenas para as afinidades, ou seja, vendo ou as semelhanças ou as diferenças entre os chamados índios e os espanhóis. Em segundo lugar, se tratava de um olhar que procurava indícios: Colombo tinha uma hipótese a ser comprovada e tudo aquilo que servia nessa empreitada era descrito, não mencionando nada daquilo que não podia ser identificado (a flora, por exemplo). Em terceiro lugar, se tratava de um ver o que devia ser e não o que efetivamente era. Finalmente, era um olhar que se bastava com as aparências.

A ênfase na aparência fala-nos de uma profunda suposição prévia de que o europeu conhecia o Outro, assim sendo, não havia necessidade de aprofundamento. Este achar que já se conhece o Outro porque ele, no fundo, não é Outro (nega-se a alteridade) é evidente no episódio narrado por Joan Bestard e Jesús Contreras, antropólogos espanhóis, sobre o surgimento do nome Yucatán para a conhecida península mexicana. Quando perguntaram aos nativos sobre o nome do lugar, estes teriam respondido algo que os colonizadores entenderam como Yucatán, e assim denominaram o lugar. Na verdade, o que eles disseram em sua língua foi “não te entendo”, mas os espanhóis não conseguiam entender que os indígenas, em uma língua própria deles e desconhecida pelos europeus, pudessem não os entender.

Este exemplo demonstra muito bem como o esquema cognitivo é o que permite (ou não) a leitura de uma realidade observada. A identidade (e não a alteridade) compunha o essencial do esquema cognitivo do europeu até o século XVII.

URPI MONTOYA URIARTE
Adaptado de journals.openedition.org.

Questão 41

No título, a palavra “olhar” é classificada como substantivo.
Uma justificativa para tal classificação é o fato de a palavra:

A ( ) nomear um processo
B ( ) ser invariável em gênero
C ( ) expressar uma circunstância
D ( ) admitir flexões de tempo e modo

Questão 42

De acordo com a exposição da autora, a caracterização do “olhar” está associada à noção de devir histórico.
Essa afirmativa é corroborada pela seguinte frase do texto:

A ( ) Há um grande consenso sobre a importância da visão para a conformação do nosso cérebro. (1º parágrafo)
B ( ) Não basta termos olhos, termos luz, termos objetos; para se ver, é preciso querer ver. (2º parágrafo)
C ( ) Os diários e crônicas dos padres e conquistadores da América dos séculos XVI e XVII são um excelente material para entender a forma específica de ver desse período. (3º parágrafo)
D ( ) A ênfase na aparência fala-nos de uma profunda suposição prévia de que o europeu conhecia o Outro, assim sendo, não havia necessidade de aprofundamento. (4º parágrafo)

Questão 43

Também com base na argumentação da autora, “olhar” tem sentido equivalente ao da seguinte palavra do texto:

A ( ) desenvolvimento (1º parágrafo)
B ( ) imaginação (3º parágrafo)
C ( ) suposição (4º parágrafo)
D ( ) leitura (5º parágrafo)

Questão 44

Mas essa importância efetiva não nos faz outorgar à visão uma reflexão proporcional. A nossa sociedade não nos ensina a olhar, pelo menos não formalmente, e isso repercute na nossa absoluta inconsciência sobre a forma como vemos. (1º parágrafo)
Em relação à frase sublinhada, a subsequente expressa ideia de:

A ( ) concessão
B ( ) explicação
C ( ) adversidade
D ( ) conformidade

Questão 45

No 2º parágrafo, cita-se parte de um sermão de padre Antônio Vieira.
Em relação ao ponto de vista defendido pela autora, observa-se que essa citação assume o papel de:

A ( ) complementá-lo
B ( ) comprová-lo
C ( ) relativizá-lo
D ( ) sintetizá-lo

Com base no trecho a seguir, responda às questões 46 e 47.

Em segundo lugar, se tratava de um olhar que procurava indícios: Colombo tinha uma hipótese a ser comprovada e tudo aquilo que servia nessa empreitada era descrito, não mencionando nada daquilo que não podia ser identificado (a flora, por exemplo). (3º parágrafo)

Questão 46

Tendo em vista os procedimentos de Colombo, conclui-se que a palavra “hipótese” não está sendo empregada em sua acepção usual.
Seu emprego nesse contexto representa um exemplo da seguinte figura de linguagem:

A ( ) metonímia
B ( ) eufemismo
C ( ) metáfora
D ( ) antítese

Questão 47

O fragmento sublinhado contém verbo em voz passiva.
Na voz ativa, sem outras alterações nos valores verbais, o fragmento pode ser reescrito assim:

A ( ) e se descrevia tudo aquilo que servia nessa empreitada
B ( ) e se descreveu tudo aquilo que servia nessa empreitada
C ( ) e se descrevera tudo aquilo que servia nessa empreitada
D ( ) e se descrevesse tudo aquilo que servia nessa empreitada

Com base no trecho a seguir, responda às questões 48 e 49.

Na verdade, o que eles disseram em sua língua foi “não te entendo”, mas os espanhóis não conseguiam entender que os indígenas, em uma língua própria deles e desconhecida pelos europeus, pudessem não os entender. (4º parágrafo)

Questão 48

No trecho, é possível identificar uma oração subordinada substantiva do seguinte tipo:

A ( ) apositiva
B ( ) subjetiva
C ( ) objetiva direta
D ( ) completiva nominal

Questão 49

No trecho, as aspas foram empregadas com a finalidade de:

A ( ) citar discurso direto
B ( ) indicar sentido literal
C ( ) enfatizar contradição
D ( ) destacar estrangeirismo

Questão 50

A identidade (e não a alteridade) compunha o essencial do esquema cognitivo do europeu até o século XVII. (5º parágrafo)

Na frase, a escolha do tempo verbal se justifica por expressar uma ação que pode ser caracterizada como:

A ( ) perene
B ( ) iterativa
C ( ) inacabada
D ( ) duradoura